

EDP e Planbelas criam primeiro “Bairro Solar” de Portugal

16 de Julho, 2020

A EDP Comercial e a Planbelas, acabam de lançar, no Lisbon Green Valley, o primeiro “Bairro Solar”, Comunidade de Autoconsumo Coletivo de Energias Renováveis (CACER) de Portugal, com o objetivo de promover a produção de energia a partir do sol e, por isso, 100% renovável, e o seu autoconsumo, gerando poupanças substanciais na fatura de eletricidade. Este novo modelo promove a produção e partilha de energia localmente, oferecendo grandes benefícios também em termos de sustentabilidade, permitindo melhorar a eficiência energética dos participantes do bairro solar e uma redução substancial na geração de Gases de Efeito de Estufa (GEE).

Esta iniciativa que numa primeira fase arrancou como um projeto-piloto rapidamente será alargada a todo o conjunto residencial do Lisbon Green Valley, podendo chegar às 100 moradias e edifícios até ao final do próximo ano.

Trata-se de uma iniciativa pioneira no segmento residencial e um exemplo a seguir. A recente inovação legislativa autoriza a criação das comunidades energéticas de autoconsumo coletivo, ou bairros solares, ao permitir que haja uma cedência de energia solar de painéis fotovoltaicos instalados numa moradia – o produtor – para outras residências ou empresas na vizinhança – o consumidor.

Neste primeiro bairro solar, uma moradia com 9 painéis solares instalados e de 330W cada, com um total de 2970 W de potência instalada, estima-se que obtenha uma poupança de 500 euros/ano e que evite a emissão de quase uma tonelada de CO2 para a atmosfera por ano.

O Lisbon Green Valley foi o local escolhido para implementação do 1.º Bairro Solar de Portugal, não só por ser um dos empreendimentos residenciais mais sustentáveis da Europa, como também pelos objetivos estratégicos de ambas as empresas em matéria de sustentabilidade. A Planbelas, na procura constante de soluções inovadoras sustentáveis numa lógica de redução do impacto ambiental, e a EDPC com vista à implementação deste tipo de soluções energéticas em comunidade e desenvolvimento de projetos numa lógica pioneira de descarbonização.

Recorde-se que o Governo aprovou recentemente a legislação que visa promover o autoconsumo partilhado de energia renovável e, por isso, o conceito de comunidades de energia, medida importante para alcançar uma quota de 47% de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto, em 2030. Anunciando ainda que os consumidores que produzam a sua própria energia elétrica para consumo individual ou coletivo, e que injetem eletricidade excedente na rede nacional, vão passar a estar isentos do pagamento dos Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), responsáveis por uma fatia substancial da fatura de eletricidade.